

O JORNALISTA COMO ENUNCIADOR PEDAGÓGICO EM NOTÍCIAS SOBRE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL DE MULHERES NO G1

Camila Pereira Borges¹
Ruth de Cássia dos Reis²

RESUMO

Este trabalho busca investigar se o jornalista cumpre o papel de enunciador pedagógico em notícias sobre o crime de importunação sexual no ônibus, entre outubro de 2018 e dezembro de 2021, na Região Sudeste, publicadas no portal G1. Tendo em vista a relevância da função educativa do jornalismo, será verificado se são utilizadas informações que auxiliam no combate e conscientização a respeito do crime, tendo como metodologia a Análise do Discurso (AD). Constatamos que o jornalismo pouco tem contribuído para a prevenção do problema ao não contextualizar as denúncias, não adotarem mulheres como fontes e não orientarem sobre a existência e aplicação da lei.

Palavras-chave: importunação sexual, jornalismo, enunciador pedagógico, mulheres

INTRODUÇÃO

A importunação sexual tem sido uma realidade vivida possivelmente pela totalidade das mulheres, como manifestação de uma sociedade machista e patriarcal. No entanto, a compreensão desse fenômeno como uma forma de violência de gênero só se materializou em lei em 2018, quando foi promulgada a Lei 13.718, que tipifica o crime de Importunação Sexual no Brasil, que é "praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro". Em 2022, o Brasil registrava pelo menos 52 denúncias de importunação sexual por dia, segundo dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Diante de tantas ocorrências, este artigo quer entender como a narrativa jornalística tem se posicionado a favor dos direitos das mulheres. A responsabilidade social do jornalista não pode ser esquecida, e nem romantizada. O agir e refletir faz parte do seu trabalho, que vai além da mera reprodução de técnicas de investigação e redação. Sua função é "estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias." (MEDINA, 1982, p. 22).

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, camilapeborges@gmail.com;

² Orientadora, professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); coordenadora Grupo de Pesquisa em Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi/UFES), ruth.reis@ufes.br.

No exercício ético da profissão, o jornalista se compromete com o direito fundamental do cidadão à informação e com a promoção dos direitos humanos, em especial dos segmentos sociais mais vulneráveis por razões étnico-raciais, de gênero, faixa etária e orientação sexual. É o que diz o Código de Ética do Jornalista em seus capítulos primeiro e segundo, fundado em 2007. É ainda de responsabilidade do jornalista toda a informação divulgada, sobretudo em casos de violência e morte (Cap. 3º Art. 8º e 11º).

No que diz respeito à propagação e superação de estereótipos, a grande mídia possui um papel central. Os textos jornalísticos nas mídias digitais, por serem difundidos com facilidade para um número grande de pessoas, se tornam referências e passam a fazer parte da experiência individual e social (Biroli, 2011). Para a autora, a mídia é o instrumento de propagação central dos estereótipos, que surgem como uma dimensão da imposição, pelos grupos e estratos dominantes, de sua visão de mundo.

Neste trabalho, apresentamos uma análise preliminar do tema que será mais amadurecido em pesquisa que está sendo desenvolvida com o objetivo de compreender as nuances e desdobramentos da realidade vivenciada cotidianamente pelas mulheres em transportes públicos, pelo viés da representação na mídia, entender como a mídia atua, por meio da construção do texto jornalístico, na contextualização sobre o quadro geral da violência no país e no incentivo à denúncia. Para tal, nos restringimos à análise de três aspectos do tema em 60 reportagens do G1, que citavam os termos “Importunação Sexual” nas manchetes, com a finalidade de demonstrar o potencial da pesquisa em desenvolvimento.

Este trabalho parte da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso francesa, com foco nas elaborações do filósofo Michel Pêcheux (1995) e posteriores desenvolvimentos de autores brasileiros, em especial a socióloga Eni Orlandi (2012).

Para esses autores o discurso é a palavra em movimento, é o lugar onde compreendemos como a língua produz sentidos por e para os sujeitos. Diferente de outras metodologias, como a Análise de Conteúdo, a AD considera que a linguagem não é transparente. Ela não procura adentrar o texto para encontrar um sentido pré-existente, mas sim, questionar como o texto significa. Propõe que o texto possui uma materialidade simbólica própria. (Orlandi, 2012, p.17-18)

Também foram apropriadas as contribuições de Biroli (2011) e Vizeu e Santana (2010) que pontuam o papel educativo do jornalismo e a importância do método e investigação jornalística no momento atual da imprensa.

Num primeiro momento, foram coletadas todas as notícias que citam o crime de importunação sexual ocorridas em ônibus na Região Sudeste, entre outubro de 2018 - mês

seguinte à promulgação da lei - e dezembro de 2021, publicadas no portal G1. Essa coleta resultou em 60 notícias, nas quais foram verificados os seguintes aspectos: a existência de informações sobre denúncias e combate ao crime de importunação sexual, a presença de mulheres como fontes especialistas no assunto, e a disseminação do conhecimento jurídico no corpo do texto.

Para a elaboração deste artigo, foram analisados como esses resultados dialogam com a noção de enunciador pedagógico, apontada como uma das funções do jornalista por Véron (data). O recorte visa entender em que nível há aprofundamento sobre o tema da violência e da legislação já existente para proteger as mulheres e se são colocadas não apenas como vítimas no texto, mas como especialistas em questões jurídicas.

DESENVOLVIMENTO

O jornalismo é um campo profissional responsável por prover informações sobre o cotidiano à sociedade. Dessa forma assume uma função enunciativa pedagógica, porque organiza, seleciona, contextualiza as informações antes de transmiti-la. Vizeu e Santana (2010), defendem que as notícias devem ter a preocupação de contribuir para o entendimento do “mundo da vida”, (conceito desenvolvido por na obra de Jürgen Habermas, que diz respeito ao “espaço das práticas sociais e comunicativas nas quais os atores sociais estão imersos e nas quais o entendimento e a comunicação são possíveis.” (HABERMAS, 1984, p. 96). Os autores ressaltam que a investigação jornalística não se detém no aspecto pedagógico, mas que as notícias devem apresentar detalhes básicos para que sejam compreendidas e as várias faces do acontecimento devem ser expostas.

A expressão “enunciador pedagógico” cunhado por Verón (1983), diz respeito à atividade de preordenar o que será consumido pela audiência. Essa função passa pela apuração e pela investigação, pela seleção dos recursos linguísticos utilizados, pelo rigor ético, dentre outros procedimentos que devem ser adotados na rotina jornalística.

Nosso objetivo neste trabalho, portanto, é compreender se esse papel pedagógico tem sido cumprido em notícias sobre importunação sexual de mulheres no ônibus. A princípio, revelou-se que apenas 3,3% das notícias analisadas ofereciam instruções para a denúncia do crime. Num texto jornalístico que retrata um crime de violência contra a mulher, espera-se que estejam disponíveis os canais para a denúncia e informações úteis para que as mulheres consigam identificar situações de agressões e, assim, buscarem ajuda. No entanto, a minoria das notícias encontradas no G1 sequer citavam o Ligue 180 (Central de Atendimento à

Mulher). Outras estratégias que poderiam ter sido utilizadas são a divulgação de iniciativas pautadas em fortalecer os direitos das mulheres e a menção às Delegacias da Mulher (DDM).

Além disso, observou-se que 10% das notícias utilizam mulheres como fontes especialistas no assunto. Embora a mulher seja quase sempre a vítima de importunação sexual, ela raramente aparece como fonte especializada no assunto. Na formação do discurso, a seleção das fontes também é primordial para a construção de sentidos. Para a Análise do Discurso, a língua produz sentido a partir do sujeito do discurso, que é o veiculador de ideologia. Segundo Orlandi (2003, p. 49) “o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz”.

No texto, é estabelecida a noção de relação de forças, isto é, o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Falar do lugar de vítima é diferente de falar do lugar de autoridade no discurso. Segundo Orlandi, “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação””(Orlandi, 2012, p. 39-40)

Em relação ao último ponto, se as notícias utilizam noções jurídicas sobre o crime no corpo do texto, apenas 18,3% o fazem. Como mediador da realidade social, o jornalista deve interpretar e tornar o mundo mais compreensível para as pessoas. Esse dado aponta para a pouca preocupação com o aprofundamento do assunto ou esclarecimento sobre o quadro mais amplo da violência de gênero no país.

A pesquisa e o método de investigação no jornalismo é um aspecto central para garantir a credibilidade do seu discurso. Omitir informações relevantes para a compreensão do tema enfraquece seu aspecto educativo.

A contribuição de se expor o contexto que envolve um fato continua a ter importância nas suítes noticiosas, as quais, não raro, não inserem o leitor/público/audiência nas explicações necessárias ao entendimento da sequência dos acontecimentos (Vizeu; Santana, 2010, p. 42).

Ao considerar esses três aspectos para identificar como a imprensa tem atuado na construção de um debate e na conscientização sobre a gravidade do cenário da importunação sexual no Brasil, foi possível identificar que o papel de enunciador pedagógico não foi marcante na construção do discurso jornalístico. A minoria apresentava canais de denúncia, citavam mulheres como fontes e se preocupavam com a explicação e contextualização sobre a lei nas matérias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

O material analisado nos indica que a produção de notícias sobre importunação sexual raramente adota uma característica pedagógica. O processo de hierarquização, seleção, apuração e mediação dos dados encontrados são procedimentos essenciais para a promoção do jornalismo educativo, e o olhar para essas notícias demonstra que as informações poderiam ser mais bem utilizadas a favor do combate à violência de gênero.

O resultado das análises indicou que as notícias do G1 pouco tem utilizado a abordagem pedagógica do jornalismo. Desse modo, atua num nível mais superficial e pouco tem contribuído para a prevenção, incentivo à denúncia e fim da violência de gênero no país. Com os altos índices de violência contra a mulher, é urgente repensar a construção do discurso e as maneiras pelas quais o jornalismo pode atuar ativamente na luta pelos direitos das mulheres.

A priorização de fontes especialistas masculinas, a preferências por criação de textos que não explorem explicações jurídicas, a omissão acerca dos caminhos para a denúncia apontam para a necessidade de mudanças, a fim de que o jornalismo contribua para promover mudanças estruturais efetivas. Embora não seja sua única função, há de se explorar novas maneiras de tornar a comunicação mais pedagógica e humanizada, não apenas no caso da importunação, mas em relação a qualquer violação dos direitos humanos retratado pelo jornalismo.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercício de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 6, julho/dezembro de 2011.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Federação Nacional dos Jornalistas, 2007.

Disponível em:

<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa: Racionalidade da ação e razão social**. Tradução de Sérgio Lessa. Volume 1. São Paulo: Editora Tempo Brasileiro, 1984.

MEDINA, Cremilda. Profissão jornalista: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

VIZEU, A. E.; SANTANA, A. O lugar de referência e O rigor do método no Jornalismo: Algumas Considerações. Intexto, n. 22, 2010.

VERÓN, Eliseo. Il est là, je le vois, il me parle. Revue Communications, n. 38, Paris: Seuil, 1983